

Caracterização geográfica, política e socioeconômica da Região Metropolitana de Ribeirão Preto-SP

Carmino Hayashi

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais / Universidade Federal de Alfenas (PPGCA/UNIFAL)

Recebido: 13/02/2020 Versão revisada (entregue): 03/08/2020 Aprovado: 06/08/2020

Resumo

Com o processo de conurbação, inúmeros problemas ultrapassam os interesses e limites dos municípios, implicando na necessidade de uma gestão metropolitana. Este estudo objetivou caracterizar e analisar a Região Metropolitana de Ribeirão Preto em relação aos atributos geográficos, políticos e socioeconômicos, além de traçar um perfil comparativo com as demais regiões metropolitanas do estado de São Paulo, visando propor orientações e alternativas viáveis em termos de gestão e desenvolvimento regional. A metodologia utilizada apoia-se em abordagem qualitativa e analítica, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A RMRP é formada por 34 municípios, subdividida em quatro regiões, tendo como base de agregação e desenvolvimento os fatores econômicos (industriais e comerciais) relacionados ao agronegócio e à indústria sucroalcooleira, de equipamentos e tecnologias na área da saúde, além de produtos como soja, minérios de estanho e seus derivados, e outros itens relacionados à alimentação e nutrição animal e seus insumos. Por ser a sexta região criada no estado de São Paulo e devido à sua localização estratégica e às suas características socioeconômicas fortes, é exigido um debate integrado entre os municípios-membros, visando maior desenvolvimento e respeito mútuo entre as partes.

Palavras-chave | Desenvolvimento regional; metrópoles regionais; Região Metropolitana de Ribeirão Preto; regionalização.

Classificação JEL | O18 R12 R58

Geographical, political and socioeconomic characterization of the Metropolitan Region of Ribeirão Preto-SP

Abstract

Due to the conurbation process, numerous problems go beyond the interests and limits of the municipalities, implying the need for metropolitan management. This study aimed to characterize and analyse the Metropolitan Region of Ribeirão Preto in relation to political, socioeconomic and geographic attributes. In addition, it draws a comparative profile to the other metropolitan regions of the State of São Paulo, aiming to propose guidelines and viable

alternatives in terms of management and regional development. The methodology used has a qualitative and analytical approach, through bibliographic research and official documentary research. The RMRP is formed by 34 municipalities, subdivided into four regions, based on aggregation and development of economic (industrial and commercial) factors. They related to agribusiness, sugar and alcohol industry, equipment and technologies in the health area, in addition to products such as soybeans, minerals ores, tin and its derivatives, as well as other items related to animal food and nutrition and its inputs. By being the sixth region created in the state and due to its strategic location and strong socioeconomic characteristics, it requires an integrated debate among member municipalities, aiming at greater development and mutual respect among the parties.

Keywords | Metropolitan Region of Ribeirão Preto; regional development; regionalization; regional metropolises.

JEL Classification | O18 R12 R58

Caracterización geográfica, política y socioeconómica de la Región Metropolitana de Ribeirão Preto-SP

Resumen

Con el proceso de conurbación, numerosos problemas ultrapasan los intereses y límites de los municipios, lo que implica la necesidad de una gestión metropolitana. Este estudio tuvo como objetivo caracterizar y analizar la Región Metropolitana de Ribeirão Preto en relación a los atributos geográficos, políticos y socioeconómicos, además de trazar un perfil comparativo con otras regiones metropolitanas del Estado de São Paulo, con el objetivo de proponer directrices y alternativas viables en términos de gestión y desarrollo regional. La metodología utilizada tiene un enfoque cualitativo y analítico, a través de una investigación bibliográfica y documental. La RMRP está formada por 34 municipios, subdivididos en cuatro regiones, teniendo como base de agregación y desarrollo los factores económicos (industriales y comerciales) relacionados con los negocios agrícolas y la industria del azúcar y alcohol, equipos y tecnologías en el área de la salud, además de productos como soja, minerales de estaño y sus derivados, y otros artículos relacionados con la alimentación y nutrición animal y sus insumos. Por ser la sexta región creada en el estado de São Paulo y debido a su ubicación estratégica y sus fuertes características socioeconómicas, se requiere un debate integrado entre los municipios miembros, buscando mayor desarrollo y respeto mutuo entre las partes.

Palabras clave | Desarrollo regional; metrópolis regionales; Región Metropolitana de Ribeirão Preto; regionalización.

Clasificación JEL | O18 R12 R58

Introdução

A maioria das ações governamentais dos municípios é de origem orçamentária, de forma que poucas atividades serão levadas a termo, se não estiverem incluídas no orçamento. O Sistema Orçamentário atual é regido pela Constituição de 1988, constituído pela formulação de um Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que de forma integrada, objetivam a execução de um planejamento orçamentário de longo, médio e curto prazos (BRASIL, 1988).

Entretanto, a simples execução do planejamento orçamentário municipal, segundo as normas legais, não garante o sucesso de uma administração pública municipal. Atualmente, os novos desafios de gestão referem-se às formas de como tratar os problemas que ultrapassam os interesses e limites municipais, caracterizando a necessidade de uma nova gestão transmunicipal.

Este aspecto pode ser relacionado com o rápido fenômeno da conurbação, onde os limites territoriais municipais são cada vez menos nítidos do ponto de vista administrativo, originando a necessidade de ações integradas de cunho regional ou metropolitano. Nesta situação, as ações conjuntas das administrações municipais são capazes de apresentar soluções mais viáveis e efetivas, em funções de uma maior força administrativa, política, financeira e técnica e representam a possibilidade de criação de uma região metropolitana.

De acordo com Braga e Carvalho (2004, p. 8), uma região metropolitana é composta por um aglomerado urbano de vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados geograficamente e funcionalmente, originando um espaçamento urbano praticamente contínuo. Para Carmo (2004), a região metropolitana pressupõe um fato social e econômico cuja essência é a metrópole, ou seja, o polo de atração e/ou dominação de um grande espaço de produção e consumo.

Na prática, o que caracteriza de fato essa região é a intensa urbanização, que, por sua vez, origina as funções públicas de interesse comum aos municípios formadores, integrando-as de forma política e socioeconômica em termos de organização, planejamento e execução de programas previamente estabelecidos.

O processo de metropolização no Brasil iniciou-se a partir de meados do século XX, notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro, embora a primeira institucionalização tenha ocorrido no Rio Grande do Sul, que criou a Região Metropolitana de Porto Alegre, no ano de 1968, formada por 13 municípios. Na década seguinte, em 1973, a Lei Federal nº 14/1973 (BRASIL, 1973), instituiu oito regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre), e no ano seguinte em 1974, criou-se a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FREITAS, 2009).

Atualmente, existem cerca de 30 regiões metropolitanas no país, formadas principalmente nas cercanias das capitais estaduais e em regiões mais desenvolvidas nos interiores, inclusive aquelas denominadas Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride), os quais são possuem abrangências interestaduais. A Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) constitui-se na sexta unidade regional do estado de São Paulo, criado pela Lei Complementar nº 1.290/2016, sendo a primeira região metropolitana fora da macrometrópole, onde se encontram as cinco regiões metropolitanas já instituídas, quais sejam: São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, e Sorocaba (SÃO PAULO, 2016b).

Por meio da institucionalização de uma governança metropolitana, onde os problemas e soluções serão debatidos de forma conjunta com todos os municípios componentes, certamente os projetos locais e regionais poderão ser melhor planejados e implementados no contexto das decisões colegiadas de uma região metropolitana. Isso proporcionará natural atração de novos empreendimentos, com consequentes melhorias em termos de ofertas de trabalhos e geração de renda para a população. Neste processo, está envolvida uma configuração resultante de um conjunto de relações sociais, políticas, administrativas, econômicas, industriais e culturais, circunscrito num espaço geográfico, onde normalmente emergem inúmeros conflitos sociais de várias ordens e origens.

Nestas análises, é importante realizar uma reflexão sobre os processos envolvidos que conduzem à criação de uma nova região metropolitana e influenciam a competitividade regional, por meio da identificação e diagnósticos que permitam orientar a formular políticas públicas e institucionais eficazes na condução do desenvolvimento dos municípios. Deve-se ressaltar que não se trata apenas de analisar as vantagens comparativas de uma região metropolitana, do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, de avaliar as condições da qualidade de vida da população, verificados por meio da infraestrutura e dos inúmeros serviços prestados pelo poder público em benefício ao desenvolvimento urbano regional.

Entretanto, é imperioso considerar que, apesar da tendência de uma regionalização organizada sob a forma de regiões metropolitanas — pensadas em termos de região—, é sempre recomendável a manutenção do processo de recriação das estruturas locais, que devem ser raciocinados conforme as especificidades de cada município, ou seja, de acordo com a vocação caracterizada pela dinâmica, perfil geográfico, urbano e socioeconômicos de cada município.

Neste contexto, este estudo se justifica na necessidade de analisar os processos e transformações decorrentes da criação de uma região metropolitana, buscando contribuir com a discussão de uma gestão territorial que resulte num melhor desenvolvimento regional. Isto significa compreender a sociedade em sua relação de inserção geográfica e espacial, assim como as suas interações com vários segmentos, tais como a área da saúde, economia, educação, cultura, habitação,

transportes, bens históricos e ambientais, isto é, constitui-se numa análise integrada das diferentes particularidades municipais/regionais.

Assim, o objetivo do estudo foi caracterizar e analisar a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) em relação aos atributos políticos, socioeconômicos e geográficos, além de traçar um perfil comparativo com as demais regiões metropolitanas do estado de São Paulo, visando propor orientações e alternativas viáveis em termos de gestão e desenvolvimento regional.

Metodologia

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho possui uma abordagem de caráter qualitativo, ou seja, não objetiva a enumeração ou mensuração de eventos, uma vez que envolve uma análise mais subjetiva dos dados levantados tais como detalhamento, particularidades e interpretações situacionais relacionados à temática região metropolitana (MARCONI; LAKATOS, 2011). São complementadas por uma abordagem de tipologia analítica, que segundo Marconi e Lakatos (2011) envolvem estudos e avaliações relativas às informações já existentes, buscando explicações contextuais, assim como explicativas, uma vez que se levantam os fatos, analisam, sintetizam, interpretam e identificam suas causas, visando ampliar generalizações, estruturações e modelos de visão unificada.

Fundamentalmente, o trabalho baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental de materiais publicados, ou seja, suas análises e deduções embasaram-se em análises, avaliações e integrações da literatura existente, em busca de conclusões pertinentes de uma determinada temática.

Foram utilizados levantamentos de dados secundários e revisão de literatura das características socioeconômicas, políticas e geográficas da temática em questão, em consultas a base de dados *online* da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Empresa Paulista de Desenvolvimento Metropolitano, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Emplasa) e Datapedia.

O levantamento bibliográfico também foi realizado em periódicos e revistas indexadas nacionais e internacionais, obtidos por meio da Base Nacional de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Scielo e Google Acadêmico. Os materiais bibliográficos levantados foram submetidos a uma análise preliminar, com leituras, análises da literatura.

Regiões Metropolitanas

Uma região pode ser conceituada como uma área contínua caracterizada pela homogeneidade relacionada ao domínio de um determinado aspecto seja ele natural ou construído, econômico ou político, que o diferencia das demais. Enquanto o termo metrópole refere-se a uma cidade-mãe constituída por uma área urbana de um ou mais municípios, exercendo forte influência sobre o seu entorno, polarizando em si complexidade funcional e dimensões físicas que a destacam numa rede de municípios e no cenário regional (FREITAS, 2009).

Segundo Souza (2003.p.32), o termo metrópole dizia respeito à capital ou à cidade principal de uma província, estado ou região, proveniente de uma aglomeração urbana formada por um agrupamento de municípios que passam a constituir um minissistema urbano, crescendo e destacando-se das demais, passando a exercer uma forte área de influência social e econômica regional.

Em relação ao conceito de região metropolitana, Braga e Carvalho (2004) especificam que ela é constituída por um determinado número de municípios autônomos administrativamente, porém, integrados geograficamente e funcionalmente, proporcionando um espaço urbano contínuo. Já Carmo (2004) complementa afirmando que uma região metropolitana pressupõe um fato social e econômico cuja essência é a metrópole, ou seja, um polo ou espaço de produção e consumo de produtos ou serviços.

Em 1988, por força da Constituição da República Federativa do Brasil, passou-se aos estados a competência de criação das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, desde que sejam constituídas pelo agrupamento de municípios limítrofes, conforme detalhado em seu Art. 25, § 3º: *Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum* (BRASIL, 1988).

Esta determinação, atribuindo poder para que cada unidade da Federação estabelecesse os seus próprios critérios para a criação e institucionalização de regiões metropolitana, acabou acarretando algumas distorções, uma vez que possibilitou a adoção de medidas quantitativas e qualitativas não padronizadas entre as diversas regiões. Isso provocou situações que não atendiam às principais normas e conceitos pré-estabelecidos para a criação de uma região metropolitana.

Em relação ao estado de São Paulo, a Constituição Estadual de São Paulo (1989), em seu artigo 153 § 1º considera que a região metropolitana é o agrupamento de municípios limítrofes que assumam destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo

planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes (SÃO PAULO, 1989).

De acordo com as especificações e recomendações elencadas acima, a criação e existência de uma região metropolitana podem ser justificadas embasadas nos referenciais citados por Tottis (2013), endossando que podem existir muitas vantagens para os municípios associados a uma região metropolitana, entre as quais, maior integração regional, melhorias na gestão do desenvolvimento urbano por meio de políticas públicas competentes e, principalmente, na junção de maior força política em busca de soluções para os problemas comuns. Contudo, todo processo de planejamento, criação, implementação e gestão de qualquer região metropolitana exige esforço integrado e ação conjunta permanente por parte dos dirigentes municipais, com clareza e transparência na definição das metas a serem alcançadas.

Resultados e discussão

Caracterização socioeconômica e ambiental da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP)

A RMRP foi criada por força da Lei Complementar nº 1.290 de 06 de Julho de 2016, sendo a primeira região metropolitana do estado de São Paulo fora da macrometrópole, constituída pela associação de 34 municípios (figura 1) e subdividida em quatro sub-regiões, tendo como sede a cidade de Ribeirão Preto (SÃO PAULO, 2016b).

Os municípios que integram a RMRP são Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antnio, Mococa, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antnio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taiúva, Tambaú e Taquaral (SÃO PAULO, 2016a).

Certamente, entre os fatores que mais contribuíram para a criação da RMRP, conforme dados da SEAD (2016) foram a concentração populacional, a geração de renda, o fluxo de moradores entre as cidades e a infraestrutura aeroportuária e rodoviária. Em seu processo de formalização foram feitas diversas reuniões, quando foram discutidos aspectos burocráticos, formatação do Conselho Metropolitano, questões financeiras oriundas do estado e dos municípios componentes, articulações gestoras nas áreas de serviços de segurança, saúde e transporte, meio ambiente e comunicação.



Figura 1 – Sub-regiões da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Fonte: EMPLASA (2016).

Após a criação oficial da RMRP, a primeira reunião de oficialização do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto ocorreu em 27 de março de 2017, na sede da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto, contando com a presença de 22 prefeitos dos municípios associados e do subsecretário de assuntos metropolitanos, ocasião em que foram eleitos o presidente e o vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento (EMPLASA, 2017).

Na tabela 1 é apresentada a caracterização socioeconômica dos municípios que compõem a RMRP por sub-regiões e os respectivos comparativos entre os quantitativos da RMRP e o estado de São Paulo. A região é formada por uma área de 14.787,89 km² (SEADE, 2016), que corresponde a 5,96% do estado e 0,17% do país, congregando aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, com densidade média de 113,53 hab./km², conforme IBGE (2017b). A RMRP constitui-se na 18^a mais populosa e a 17^a de maior Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Uma das motivações que levaram à discussão de criação da RMRP foi o processo de conurbação, ou seja, uma aproximação da malha urbana entre as cidades em função de seu crescimento populacional e geográfico, que já se fazia presente como no caso das duas maiores cidades desta região (Ribeirão Preto e Sertãozinho). No caso da RMRP, levou-se em conta, também, cidades circunvizinhas de Ribeirão

Preto que, com sua população, área e densidade demográfica, ajudam a explicar o processo de conurbação regional.

Tabela 1 – Indicadores socioeconômicos da RMRP e suas sub-regiões

Municípios – SR 01	Área (km²)	População	Densidade (hab./km²)	TGCA 20 10/2017	PIB 2015 (mil R\$)	IDH 2010	Total de veículos	PMRP-SP (km)
Barrinha	146,03	31.921	218,60	1,63	437.227	0,766	14.319	337
Brodowski	278,46	24.092	86,52	1,91	496.451	0,805	14.736	338
Cravinhos	311,42	34.651	111,27	1,28	958.293	0,815	21.561	292
Dumont	111,38	9.468	85,01	2,18	185.416	0,802	4.621	331
Guataporá	413,57	7.546	18,25	1,15	166.975	0,776	3.313	297
Jardinópolis	501,87	42.904	85,49	1,88	909.926	0,808	23.172	329
Luís Antônio	598,26	14.021	23,44	3,15	1.443.264	0,795	6.489	273
Pontal	356,37	47.638	133,68	2,44	861.307	0,792	19.544	351
Pradópolis	167,38	20.516	122,57	2,40	335.943	0,798	9.484	315
Ribeirão Preto	650,92	682.302	1.048,22	1,74	27.809.706	0,855	515.346	313
Sta. Rita do P. Quatro	754,14	27.590	36,58	0,59	595.778	0,832	18.339	248
São Simão	617,25	15.225	24,67	0,85	404.808	0,801	8.350	278
Serra Azul	283,14	13.810	48,77	2,96	125.928	0,742	3.981	302
Serrana	126,05	43.790	347,41	1,71	835.480	0,775	21.631	313
Sertãozinho	403,09	122.643	304,26	1,56	4.743.324	0,833	87.486	333
Total SR-1	5.719,31	1.138.117	199,00	1,74	40.309.826	0,800	772.373	-
Municípios – SR 02								
Guariba	270,29	39.216	145,09	1,44	796.455	0,756	20.063	337
Jaboticabal	706,60	76.563	108,35	0,95	2.434.057	0,815	55.838	342
Monte Alto	346,95	49.979	144,05	0,99	1.615.405	0,813	39.225	364
Pitangueiras	430,64	38.889	90,31	1,39	888.461	0,764	19.770	364
Taiúva	132,46	5.603	42,30	0,40	86.452	0,789	3.288	363
Taquaral	53,89	2.823	52,38	0,50	28.367	0,765	1.245	362
Total SR-2	1.940,83	213.073	109,78	1,11	5.849.197	0,784	139.429	-
Municípios – SR 03								
Cajuru	660,09	25.655	38,87	1,34	479.734	0,783	14.421	298
Cássia dos Coqueiros	191,68	2.591	13,52	-0,23	107.985	0,796	1.397	304
Mococa	854,84	68.994	80,71	0,57	1.802.064	0,809	42.570	262
Sta. C. da Esperança	148,06	2.110	14,25	1,11	37.650	0,794	822	316
Sta. Rosa de Viterbo	288,58	26.067	90,33	1,27	789.831	0,804	15.676	283
Tambaú	561,79	23.267	41,42	0,54	498.431	0,792	14.391	255
Total SR-3	2.705,35	148.684	54,96	0,81	3.715.694	0,796	89.277	-
Municípios – SR 04								
Altinópolis	928,96	16.219	17,46	0,55	376.541	0,823	9.390	333
Batatais	849,53	61.480	72,37	1,22	1.513.698	0,825	40.279	352
Morro Agudo	1.388,13	32.220	23,21	1,46	1.062.318	0,767	17.489	380
Nuporanga	348,27	7.341	21,08	1,06	403.833	0,784	4.003	373
Orlândia	291,77	43.306	148,43	1,22	1.482.382	0,824	32.729	365
Sales Oliveira	305,78	11.641	38,07	1,39	285.576	0,819	6.780	363
S. Antônio da Alegria	310,29	6.829	22,01	1,15	123.795	0,770	3.122	331
Total SR 4	4.422,71	179.036	40,48	1,20	5.248.141	0,802	113.792	-

Fonte: Elaboração próprio com base em IBGE (2017a; 2017b) e Denatran (2017).

Legenda: TGCA = Taxa geométrica de crescimento populacional anual (%); IDH: 0,800-1,0 = muito alto; 0,700-0,799 = alto.

É interessante observar que estes municípios se apresentam próximos de Ribeirão Preto, com distâncias em média de 20 km, exceto Guatapar que está a 64,1 km, além de possuir a menor densidade populacional entre as cidades circunvizinhas. Observa-se ainda que, entre elas, Serrana e Sertãozinho apresentam as maiores densidades populacionais da RMRP, proximidade de Ribeirão Preto (cerca de 20 km) e sistema rodoviário em pista dupla, o que em parte explica um maior crescimento nos últimos tempos nestes locais.

Existem ainda diversos fatores que atuam como agentes polarizadores, promovendo e/ou acelerando o processo de conurbao, em especial o fator econômico na RMRP, entre os quais podemos citar o desenvolvimento do agronegócio/*agrobusiness*, ou seja, os aspectos relacionados ao comércio e  indústria sucroalcooleira, produo de equipamentos para a montagem dos complexos de usinas, além de produtos agropecuários, como a soja e seus derivados, minérios de estanho e derivados e nutrio animal, tanto nos setores primários como nos secundários e terciários (MDIC, 2017).

O PIB da região é de R\$ 55.122.858.290,00 (IBGE, 2015), o que correspondeu  produo de 2,84% do PIB paulista em 2015 e 0,97 do PIB Nacional, além de um PIB *per capita* de R\$ 27.271,84 (IBGE, 2015). Dados estes que colocam a RMRP como uma das regiões economicamente mais fortes de São Paulo e do Brasil, por apresentar uma economia pujante e diversificada, nos diferentes setores empresariais de alta tecnologia na agropecuária e na indústria, fomentando as áreas do comércio e serviços. Além de possuir uma eficiente rede em termos de sistemas logísticos em transportes, comunicao e segurança local e regional.

Assinalamos que a RMRP  constituída por inúmeras empresas com capacidade no atendimento dos mercados internos e externos relacionados à alimentao, assim como na área de saúde em termos de serviços, pesquisas científicas e fabricao e exportao de equipamentos na rea. Podem-se registrar atividades de ensino e pesquisas, representadas por instituies de ensino superior, pelo Parque Tecnológico de Ribeirão Preto, Fundao Instituto Polo Avançado da Saúde e APL de *Software*, associadas a grandes eventos nacionais e internacionais tais como a Agrishow (Ribeirão Preto) e Fenasucro & Agrocana (Sertãozinho).

Ainda na área da saúde é importante elencar a APL da Saúde, o curso de Ciências Médicas da Universidade de São Paulo (campus de Ribeirão Preto), o Hospital das Clínicas, além de outros 46 estabelecimentos hospitalares públicos e privados, sendo que a maioria está em Ribeirão Preto (EMPLASA, 2016; IBGE, 2017a).

Pela Tabela 1, pode-se verificar que os maiores PIB entre os municípios que compõem a RMRP são: Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboticabal, Mococa, Monte Alto, Batatais, Luís Antnio e Orlândia e Morro Agudo. Todos com PIB acima de R\$ 1 bilhão. Os municípios com PIB menor que R\$ 100 milhões são: Taiúva, Santa Cruz da Esperança e Taquaral. Independente dos fatores envolvidos e com a ressalva que este ndice não reflete apenas o lado construtivo da região, entretanto,

é evidente que municípios com PIB mais elevados contam com atividades econômicas derivadas de um forte processo de industrialização e processamentos de produtos e serviços relacionados às atividades industriais, agrícolas e pecuárias, características desta região metropolitana.

Considerando-se que o PIB representa a soma de valores monetários de todos os bens e serviços produzidos por uma determinada região em um período, é notório que a RMRP, com um PIB de R\$ 55,1 bilhões, mesmo sem a decomposição de seus constituintes, representa um indicador macroeconômico que pode quantificar o poder e a força econômica desta região. Eles estão representados pelas suas indústrias e empresas em franco desenvolvimento, além de ser um excelente atrativo na materialização de novos investimentos para consolidação da região metropolitana.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD-Brasil (2013) observa-se que a RMRP apresenta um IDH com bom indicativo, quando comparado a outras regiões do Brasil. Considerando-se que este índice varia em um intervalo de 0 a 1, e que todos os municípios da RMRP apresentaram um valor sempre superior a 0,742, com média de 0,767 (variando entre 0,855 [muito elevado] a 0,742 [elevado]), pode-se argumentar que todos os municípios da RMRP apresentam um IDH elevado. Ainda, em termos deste índice, com IDH médio de 0,742, os municípios que compõem a RMRP se mostram bem ranqueados, pois ocupam o 127º lugar entre os 645 municípios do estado de São Paulo e o 265º lugar entre os 5.565 municípios do Brasil, conforme PNUD-Brasil, 2013.

Entre os municípios com IDH “muito elevado” na RMRP encontram-se Ribeirão Preto, Sertãozinho, Santa Rita do Passa Quatro, Batatais e Orlândia. Aqueles classificados como “elevados” estão Pradópolis, Cássia dos Coqueiros, Luiz Antônio, Santa Cruz da Esperança, Pontal e todos os demais. Nenhum município da RMRP apresentou resultado que o enquadre em classificação de médio ou baixo IDH, o que é extremamente positivo, refletindo de modo geral boas condições dos municípios desta região metropolitana.

Em termos de logística de locomoção e transportes, é importante destacar a rodovia Anhanguera que cruza a RMRP. Além do eixo viário na direção norte, pela rodovia Anhanguera rumo ao Distrito Federal, passando pela região do Triângulo Mineiro, o território também é acompanhado pela linha ferroviária sob concessão à América Latina Logística. Esta região conta, ainda, com uma frota de veículos de 1.040.684 unidades, o que demonstra um alto índice de veículos por habitante (0,56), ou seja, em média um veículo para cada duas pessoas (DENATRAN, 2017).

O Aeroporto Estadual Dr. Leite Lopes de Ribeirão Preto, apresenta um maior índice de movimentação total de passageiros, seguido por cargas transportadas, proporcionando um forte incremento nas atividades turísticas da região, especialmente as estâncias turísticas de Brodosqui, Nuporanga, Batatais e Santa Rita

do Passa Quatro. Além das reservas naturais, somadas aos potenciais turismos de eventos, *agrobusiness*, turismo rural, históricos, culturais, educacionais, religiosos, dentre outros.

Em relação às questões geográficas, climáticas e ambientais que caracterizam a RMRP, estas são resultantes de um relevo com altitude entre 500-700 m. e alguns poucos municípios atingindo acima de 900 m. de altitude, com clima predominantemente tropical semiúmido (Tipo Aw – classificação climática de Köppen-Geiger). A temperatura média anual varia em torno de 22 °C, índice pluviométrico de 1.500 mm/ano e umidade relativa do ar muitas vezes crítica, abaixo de 20% (CEPAGRI, 2017).

Embora no estado de São Paulo existam 34 parques estaduais (SÃO PAULO, 2018a), na RMRP existe apenas o Parque Estadual de Vassununga (área de 20,5 Km²), localizado no município de Santa Rita do Passa Quatro, que pode ser identificado como uma importante área de floresta estacional semidecidual e cerrado, onde está a maior densidade populacional de jequitibá-rosa do estado. Nos vários municípios que compõem a região metropolitana, ocorrem inúmeros parques, zoológicos e reservas florestais criados e regulamentados por leis municipais, geralmente com deficiências em orientação e gestão técnica.

Os municípios da RMRP são abrangidos parcialmente pelas Bacias Hidrográficas dos Pardo e Mogi-Guaçu, que pelas suas junções irá formar a Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo-Grande, que por sua vez irá percorrer toda a extensão desta região metropolitana, desaguando no rio Grande (SÃO PAULO, 2018b). Esta região situa-se em grande parte sobre o Aquífero Guarani, o que nos remete a uma preocupação ambiental relacionada à preservação e integração com todos os municípios, estados, e, inclusive, com os países sob os quais o Aquífero se estende.

Considerando-se que o Cerrado recobre grande parte do estado de São Paulo (32,84%), na RMRP existem municípios que são totalmente recobertos por este bioma. Porém, uma parte das cidades é recoberta apenas parcialmente, uma vez que possuem mesclas de outros biomas (IBGE, 2004).

Aqueles que recobertos integralmente pelo bioma Cerrado são os municípios de Altinópolis, Barrinha, Batatais, Brodowski, Cravinhos, Guariba, Guatapará, Jaboticabal, Jardinópolis, Luis Antonio, Dumont, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral. Por outro lado, aqueles municípios que são recobertos apenas parcialmente no bioma Cerrado são Cássia dos Coqueiros, Cajuru, Mococa, Monte Alto, Sta Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antonio da Alegria, Taiúva e Tambaú.

Neste contexto, o Cerrado ocupa cerca de 200 milhões de hectares em nível nacional, sendo que no estado de São Paulo ocupa em torno de oito milhões de hectares, estando espacialmente na faixa central do estado de norte a sul, perpassando praticamente total ou parcialmente o território de 267 municípios

paulistas (1/3 da área do estado), sendo a outra parte ocupada pelo bioma Mata Atlântica (IBGE, 2004).

Ainda que o Cerrado em termos de cultivos agrícolas tenha sido rejeitado em épocas passadas, devido à excessiva acidez do solo, com o advento do manejo agrícola e do processo de correção desta questão, na região atualmente predomina a alta produtividade de soja, milho, feijão, café e cana-de-açúcar (MIRANDA, 2005). Isso tem proporcionado alta competitividade e desenvolvimento socioeconômico para a RMRP (ABAG, 2013).

Já em termos de qualidade de vida, resultantes do somatório de diversos fatores, principalmente sustentabilidade, estrutura e educação ambiental, conselho ambiental, biodiversidade, gestão das águas, qualidade do ar, uso do solo, arborização urbana e saneamento, um indicador oficial que merece destaque e pode atuar como um referencial nas questões ambientais consiste do Programa Município Verde-Azul (SÃO PAULO/SMA, 2017).

Trata-se de um programa promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (governo do estado de São Paulo) desde 2007, que busca mensurar e apoiar a eficiência da Gestão Ambiental dos municípios, por meio de um processo de descentralização e valorização da agenda ambiental. O objetivo é estimular e auxiliar os municípios na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para um desenvolvimento sustentável. Este indicador embasa critérios na avaliação preferencial para liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição (FECOP).

Conforme o PMVA, no *ranking* dos 645 municípios de São Paulo, a RMRP apresenta dados ínfimos, que certamente merecem atenção e devem ser urgentemente melhorados, conforme já citado por Hayashi e Silva (2015). De acordo com a exigência de uma pontuação acima de 80 (0-100), no processo de classificação do Programa Município Verde-Azul (SÃO PAULO/SMA, 2017), no âmbito da RMRP, observa-se apenas três municípios com estas características sendo Sertãozinho em 16º lugar, Monte Alto em 23º lugar e Pradópolis em 46º lugar, especificando que mesmo o município de Ribeirão Preto como cidade sede da região está em 83º lugar, nível muito abaixo do desejado (SÃO PAULO/SMA, 2017).

O município da RMRP com pior classificação foi o de Barrinha, com pontuação de 5,58 (576º lugar), entretanto é conveniente apontarmos que dos 34 municípios da região, apenas três ostentam pontuação acima de 80 (qualificado), cooperando para que 31 municípios sejam considerados insuficientes em seus aspectos de sustentabilidade ambiental e caracterizam a RMRP como uma região com carências em relação ao seu sistema de gerenciamento e gestão ambiental.

Diante das análises e características da RMRP, em seus aspectos políticos, socioeconômicos e geográficos explicitados nos parágrafos acima, pode-se argumentar que como os demais aglomerados urbanos, independentes de suas

características específicas, as políticas públicas obrigatoriamente devem estar voltadas para a melhoria e bem-estar da população, o que exige uma complexa focalização e integração setorial e institucional dos problemas que afligem estas áreas (MOTTA, 2004). Soma-se a isto, em caráter opinativo e de sugestão, a exigência de uma sustentabilidade nos projetos e ações a serem desenvolvidas, assim como a concepção de mecanismos intermunicipais no processo de compartilhamento da gestão urbana, que venham favorecer o estabelecimento de parcerias colaborativas entre os diversos setores públicos, privados e as comunidades pertinentes; considerando a rudimentar integração setorial, institucional, espacial e social das ações no âmbito das políticas públicas municipais.

Segundo Azevedo e Guia (2004), as dificuldades inerentes ao desenvolvimento urbanísticos das regiões metropolitanas, de forma geral, somente poderão ser resolvidas de maneira mais adequada se os eventos coexistirem integrados a um contexto de políticas públicas institucionais democráticas e participativas, muito embora sempre existem dificuldades de mobilização social, principalmente por parte dos dirigentes e gestores públicos na priorização das questões emergentes que fatalmente surgirão ao longo do amadurecimento e desenvolvimento das regiões metropolitanas. Entretanto, o grande problema neste quadro urbano que cresce desordenadamente reside na falta de planejamento e gestão urbana em todos os níveis, o que enseja uma parcela da população vivendo em condições precárias, com as mínimas condições das normas urbanísticas, proporcionando a formação de centros populacionais sem competitividade em atrair quaisquer tipos de investimentos e cuja baixa qualidade de vida fatalmente refletirá na sociedade como um todo.

Nas responsabilidades da gestão das regiões metropolitanas, é interessante notar uma dualidade entre as responsabilidades do governo estadual e dos municípios integrantes da região metropolitana, representada pelo seu Conselho Gestor. Apesar de ambos reconhecerem a representatividade institucional que a região metropolitana tem, existe uma tendência em visualizar que uma maior governança metropolitana implicaria redução de poder para o estado e/ou municípios (AZEVEDO; GUIA, 2004).

É indiscutível a importância de maiores estudos referentes às regiões metropolitanas para o desenvolvimento econômico e social do país como um todo, uma vez que cerca de 90% do PIB brasileiro concentra-se nestas áreas, e onde também vivem 81,2% da população brasileira (MOTTA, 2004). Uma das maiores dificuldades e responsabilidades dos conselhos gestores da RMRP não seria tanto a junção de esforços para obtenção de recursos financeiros ou obras e serviços, mas, sim, a redistribuição destes recursos. Isso exigirá uma definição clara e transparente dos critérios de atribuições, assim como nas prioridades, montantes e valores a serem rateados entre os componentes, de acordo com advertências feitas por Azevedo e Guia (2004).

Ao final, deve-se considerar que o fato de Ribeirão Preto, apesar de ser apenas o oitavo em termos de área territorial da RMRP, detém a maior população (682.302 habitantes), maior PIB (27,8 bilhões), maior IDH (0,855), além da sua proximidade com o município de Sertãozinho – que apresenta a segunda maior população e o segundo maior PIB da região. Esses fatores dão suporte ao fato de que foi em Ribeirão Preto onde originou-se a discussão e ocorreu a criação da RMRP, e, desta forma, tornou-se a sede da região metropolitana (IBGE, 2015; IBGE, 2017a).

Análise comparativa entre a RMRP e as demais Regiões Metropolitanas do estado de São Paulo

Em São Paulo existem seis regiões metropolitanas formalmente estabelecidas denominadas por Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), Região Metropolitana de Campinas (RMC), Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) e a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), conforme dados constantes na Tabela 2, adaptada (EMPLASA, 2016; SEADE, 2016).

Tabela 2 – Caracterização socioeconômica das RM do estado de São Paulo

	Número de Municípios	Área 2017 (km ²)	População 2017 (habitantes)	TGCA (%) 2010-2017	Densidade Demográfica	PIB-2015 IBGE
Estado de SP	645	248.222,00	45.094.866	181,67	1,28	1.939.890.056
RMSP	39	7.946,96	21.391.624	1,20	2.691,80	1.056.948.121
RMBS	9	2.420,50	1.828.212	1,35	755,31	60.407.350
RMC	20	3.791,79	3.168.019	1,73	835,49	173.002.359
RMVPLN	39	16.100,07	2.497.857	1,41	154,26	102.603.526
RMS	27	11.611,48	2.088.381	1,58	179,84	78.181.539
RMRP	34	14.788,20	1.662.645	1,61	112,43	55.122.858

RMSP: Região Metropolitana de São Paulo; RMBS: Região Metropolitana da Baixada Santista; RMC: Região Metropolitana de Campinas; RMVPLN; Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; RMS: Região Metropolitana de Sorocaba; RMRP: Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi criada em 1973, e reorganizada em 2011 constituindo-se em sub-regiões Norte, Leste, Sudeste Sudoeste e Oeste. Possui um PIB de R\$ 1,057 bilhões que corresponde por 17,63% do total brasileiro e pouco mais da metade do PIB paulista (54,48%), abrigando cerca de 21,4 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 2.691,80 hab./Km² (IBGE, 2015; 2017b).

A RMSP agrupa os maiores complexos industriais, comerciais e financeiros que consolidam as principais atividades econômicas no país, concentrando inúmeros serviços especializados, tais como telecomunicações, cultura, educação, saúde, transportes e gastronomia, manifestando-se como principal polo turístico de negócios da América Latina, além de centros administrativos das maiores empresas transnacionais (EMPLASA, 2016).

Por outro lado, a RMC, criada em 2000, configura-se como a segunda região metropolitana do estado de São Paulo, sendo responsável por 8,92% do PIB estadual (IBGE, 2015). Fazendo vizinhança com a RMSP, esta região ocupa importante posição social e econômica em nível estadual e nacional, uma vez que abrange um forte e moderno parque industrial, constituídos por segmentos setoriais diversificados, inclusive com uma estrutura agrícola/agroindustrial. Estrategicamente, a cidade de Campinas (sede) possui o Aeroporto de Viracopos, considerado o segundo maior aeroporto do país em termos de transportes de carga (EMPLASA, 2016).

Já a RMBS foi criada em 1996, concentra 4% da população estadual (IBGE, 2017b) e possui um PIB de R\$ 60.407.350. Os municípios desta região metropolitana possuem uma diversidade de atividades, tais como Complexo Industrial de Cubatão e o Complexo Portuário de Santos (mais importante da América do Sul), que desempenham funções importantes em nível estadual (exportação, indústria e turismo), e diversas outras de importância regional (comércios atacadista e varejista, saúde, educação, transportes e sistemas financeiros).

Criada em 2012, a RMVPLN encontra-se localizada entre duas fortes regiões metropolitanas do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Possui uma economia forte e diversificada em termos de produção industrial, com ênfase nos setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e de materiais bélicos que geram 5,29% do PIB paulista (R\$ 102.603.526), conforme aponta IBGE (2015). Sobressaem-se, ainda, as atividades portuárias e petroleiras (Litoral Norte), assim como a área de turismo, uma vez que a região abriga relevantes patrimônios culturais e ambientais (Serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar e fazendas com valores históricos e arquitetônicos).

A quinta região a ser criada em 2014, a RMS representa 4,6% da população do estado de São Paulo, com densidade demográfica de 179,84 hab./Km² e cerca de 4,03% do PIB paulista (IBGE, 2017a,b). Esta região metropolitana encontra-se inserida entre três importantes regiões metropolitanas brasileiras (São Paulo, Campinas e Curitiba), mantendo ainda uma vizinhança e processo de conurbação com a RMC. Em termos de atividades econômicas, a RMS caracteriza-se pela sua forte e diversificada produtividade industrial, predominantemente relacionada às áreas de metalomecânico, eletroeletrônico, têxtil e agronegócio (EMPLASA, 2016).

Comparativamente, em termos de área territorial, a RMRP ocupa o segundo lugar entre as seis RM, com 14.788,20 Km², logo após a RMVPLN com 16.100,07 km². Porém, ao

analisarmos a população, verificamos que a RMRP é aquela com menor número de habitantes (1.662.645 habitantes) em contraposição a RMSP, que possui população aproximadamente trezes vezes maior (21.391.624 habitantes).

Em relação à densidade populacional, a RMRP apresenta a menor densidade entre todas as regiões (112,43 hab./km²) enquanto a maior se caracteriza pela RMSP com 2.691,80 hab./km². Quanto ao PIB, também a RMRP apresenta o menor valor (R\$ 55.122.858), da mesma forma que a RMSP apresenta a taxa de R\$ 1.056.948.121 (IBGE, 2015; 2017b).

Considerações finais

Por localizar-se na região central do estado de São Paulo, a RMRP tornou-se a primeira região metropolitana fora dos limites da denominada Macrometrópole Paulista, além de posicionar-se estrategicamente em relação às regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas.

A região caracteriza-se por ser socioeconomicamente forte, embora possua riquezas irregularmente distribuídas, com potencial diversificado de empresas relacionadas aos agronegócios (*agribusiness*), indústrias sucroalcooleiras e de alimentação, comércios e serviços variados, além de um forte sistema logístico em transportes, comunicação e segurança, índices elevados de IDH e de saúde. O município de Ribeirão Preto, apresenta as melhores características econômicas, sociais e políticas para ser considerada sede da região, apesar de sua área territorial ser apenas a oitava maior e seus índices de sustentabilidades serem considerados precários.

O perfil comparativo e qualitativo dos dados entre os municípios desta região metropolitana e também em relação a outras regiões metropolitanas do estado de São Paulo, assim como as proposições nas discussões e sugestões presentes, podem ensejar e subsidiar políticas públicas de orientações gerais ou específicas, bem como propostas alternativas viáveis que possam ser colaborativas ao processo de gestão e desenvolvimento regional.

Referências

ABAG-Associação Brasileira do Agronegócio. **Percepção da população dos grandes centros urbanos sobre o agronegócio brasileiro**. 2013. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/media/analise-abag-nacional.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

AZEVEDO, S.; GUIA, V. R. M. Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a**

fragmentação, a cooperação e o conflito. 2 ed. Rio de Janeiro: FASE; São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004. 431p.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. Cidade: espaço da cidadania. In: GIACOMETTI, A. B. R.; BRAGA, R. (Org.) **Pedagogia cidadã**. São Paulo: UNESP-PROPP, p. 105-120, 2004. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidade%20espa%C3%A7o%20da%20cidadania%20rbraga11.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 14/1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Diário Oficial da União, Brasília. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

CARMO, S. C. B. **Câmara e agenda 21 regional para uma rede de cidades sustentáveis**: a região metropolitana da baixada santista. 344f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4255?show=full>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

CEPAGRI-Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura. **Clima dos municípios paulistas**. 2017. Disponível em: <<https://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

DENATRAN-Departamento Nacional de Trânsito. 2017. **Frota de Veículos 2017**. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/index.php/estatistica/610-frota-2017>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

EMPLASA-Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. 2016. **Perfil Regional – Região Metropolitana de Ribeirão Preto**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMRP>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

EMPLASA-Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **RM de Ribeirão Preto elege presidente e vice-presidente do Conselho**. 2017. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMRP>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanæ**, v. 1, n. 3, p. 44-53, 2009.

HAYASHI, C.; SILVA, L. H. A. Políticas públicas de gestão ambiental e sustentabilidade: um estudo de caso do município de Ribeirão Preto-SP. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v.11, n.7, p. 65-79, 2015.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de biomas e de vegetação do Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 1: Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto per capita segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os municípios**. 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados do Brasil**. São Paulo. 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data referência em 1º de julho de 2017** (30 de agosto de 2017). 2017b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100923.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 277p.

MDIC-Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportações, Importações e Balança Comercial – Município: Ribeirão Preto**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=3443402>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

MIRANDA, E. E. Embrapa monitoramento por Satélite. **Sistema de gestão territorial para a ABAG/RP**. Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.abagrpnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

MOTTA, D. M. M. As metrópoles e os desafios da política urbana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. 2 ed. Rio de Janeiro: FASE; São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004. 431p.

PNUD Brasil. **Atlas de desenvolvimento humano municipal 2013** (todos os estados do Brasil). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/consulta>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SÃO PAULO. **Constituição Estadual de São Paulo**. 1989. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70452>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SÃO PAULO. **Nova Região Metropolitana de Ribeirão Preto engloba 34 municípios**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/nova-regiao-metropolitana-de-ribeirao-preto-engloba-34-municipios>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 1.290, de 06 de julho de 2016**. Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto. 2016b. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1319780>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SÃO PAULO. **Programa Município Verde-Azul**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Governo do Estado de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://verdeazuldigital.sp.gov.br/site/o-projeto>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

SÃO PAULO. **Parques e reservas naturais**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2018a. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SÃO PAULO. **Portal SigRH – Sistema Integrado de Gerenciamento de Recurso Hídricos do Estado de São Paulo**. São Paulo: Portal do Governo, 2018b. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhparado/apresentacao>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

SEADE. **Perfil regional – Região Metropolitana de Ribeirão Preto**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2016. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pib-anual>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190p.

TOTTIS, K. L. **As vantagens, obrigações e o interesse da municipalidade em fazer parte da região metropolitana de Curitiba.** 2013. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=11375>. Acesso em: 18 ago. 2018.

Endereço para correspondência:

Carmino Hayashi – hayashi@terra.com.br
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Prédio R – Sala R200 A
37130-001 Alfenas/MG, Brasil

